

Palavra dada, palavra honrada? Pelo cumprimento dos contratos-programa celebrados com as Instituições de Ensino Superior

O financiamento das Instituições de Ensino Superior Público assenta num modelo tripartido, o Estado - através de dotação do Orçamento de Estado; as Instituições de Ensino Superior - através da gestão financeira e captação de receitas próprias; e os Estudantes - através do pagamento de propinas.

Em 2016 foi assinado entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior Público um contrato de compromisso, integrante do Acordo de Legislatura desse mesmo governo, em que, apesar da certeza de que não iriam ser implementadas novas medidas de distribuição orçamental para o Ensino Superior até ao ano de 2019, foi assumido o compromisso de colmatar qualquer eventual aumento do encargo de despesas resultante de alterações legislativas efetivadas pela tutela e Governo. A assinatura destes contratos e sua vertente de plurianualidade foi uma reivindicação de longa data do movimento associativo, sendo por isso de louvar a existência deste mecanismo, conforme registado à altura.

Em 2017, após o aumento de salário mínimo, atualização do subsídio de alimentação, e alterações inerentes às carreiras de docência, as IES vêem a sua despesa de funcionamento a ser aumentada, precisamente através da cláusula contemplada no Acordo de Legislatura. Estando este aumento de encargos, no valor estimado de 13 000 000 €, ao abrigo do Acordo seria, portanto, expectável que as verbas adicionais fossem libertadas atempadamente - para que as Instituições conseguissem manter o seu equilíbrio financeiro e pleno funcionamento.

Porém, decorrido mais de um ano após ser conhecido este aumento e necessidade de libertação de verba adicional, a mesma ainda não foi entregue. Após sucessivos atrasos, está confirmada a não entrega de qualquer verba às IES até ao final do presente ano, tendo vindo o Ministro das Finanças clarificar, por meio de um despacho enviado às IES, que as despesas serão apenas repostas às Instituições que não possuam reservas financeiras. Este incumprimento e posterior solução negligenciam a gestão das IES, premiando de uma forma indireta quem teve uma gestão menos cuidada, obrigando aquelas que foram melhor sucedidas na sua governação a comprometerem o seu exercício orçamental. Além disso, qualquer objetivo de investimento na ciência que estas verbas, agora com um objetivo reformulado, pudessem ter, fica agora inviabilizado - o que por si só representa mais um desinvestimento na melhoria das condições do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia por parte do Governo. Entende-se que esta resolução continua aquém do que devia ser solução, preferindo optar-se por uma ausência de intenções na discussão e reformulação da divisão do orçamento do estado entre IES, continuando o “histórico” a ser aplicado após entendimento tido entre o MCTES, CCISP e CRUP - colocando de parte todas as propostas até então apresentadas pelo Movimento Associativo Estudantil e que foram liminarmente rejeitadas pelo MCTES na reunião do passado dia 23 de novembro para o período temporal que decorre até ao término da presente legislatura.

Paradoxalmente, já nesta presente semana, o MCTES veio reiterar o compromisso com o contrato estabelecido, indicando, agora, que o mesmo irá ser regularizado no início do mês de janeiro de 2018. Este aumento de financiamento, previsto em sede de Orçamento de Estado para 2018, não contempla a verba que está em dívida para com as Instituições de Ensino Superior no ano de 2017, o que denota incongruências no discurso governativo, e cria também uma instabilidade

desnecessária no setor, uma vez que a dívida acumulada transita de um ano para o outro, hipotecando a retórica política atual de intenção da expansão da Ciência e do Conhecimento.

Decorrente deste atraso e a ausência de vontade na discussão do modelo de financiamento das IES, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, em Lisboa, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2017:

1. Exigir que sejam desbloqueadas as verbas necessárias à compensação do aumento de encargos por parte das IES com maior urgência, fazendo assim cumprir o Acordo de Legislação que pretendia aumentar a estabilidade financeira no Ensino Superior Público, sob pena de que estes encargos sejam redistribuídos e suportados pelos Estudantes;
2. Relembrar ao Chefe do Governo de que o Ensino Superior é uma prioridade governativa explanada no seu programa executivo. Falta consagrar e materializar essa mesma prioridade, não sendo através de despachos que desonram compromissos e sufocam instituições que teremos um Ensino Superior alargado e uma sociedade virada para o Conhecimento.
3. Alertar para a necessidade urgente dos órgãos de gestão das IES iniciarem, o quanto antes, uma reflexão sobre a revisão da redistribuição orçamental, no sentido de evitar a política de desinvestimento que se tem verificado.

Proponente: AAC; AAL; AAUAlg; AAUAv; AAUBI; AAUE; AAUM; AAUMa; AAUTAD; FAL; FAP; FNAEESP; FNEESPC (proponentes por ordem alfabética)

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério das Finanças; Grupos Parlamentares

Com conhecimento: CRUP; CCISP; OCDE; Gabinete do Primeiro-Ministro; Secretaria de Estado do Orçamento.